

Passo a passo: Como planejar as conferências municipais de educação

Importantes espaços democráticos, as conferências devem garantir a participação social e monitorar e avaliar o cumprimento dos planos de educação

Dentre as muitas conquistas do Plano Nacional de Educação – PNE, está a realização das conferências nacionais de educação. Essas conferências têm por objetivo ser um espaço democrático onde a sociedade civil pode falar e ser ouvida sobre como a Educação brasileira pode melhorar, de forma a avaliar a execução e acompanhar o monitoramento do PNE. Além disso, as conferências subsidiam a elaboração do Plano Nacional para o decênio subsequente.

As Conferências Nacionais de Educação devem ser precedidas de Conferências Distrital, Municipais e Estaduais, articuladas e coordenadas pelo Fórum Nacional de Educação.

Como planejar as conferências municipais de educação

O **De Olho nos Planos** reuniu dúvidas sobre o planejamento e execução dos processos da conferência de educação e consultou integrantes de Fóruns e especialistas para organizar um passo a passo de como planejar esses importantes espaços democráticos:

1. Quem organiza as conferências de educação?

Essa é uma atribuição dos fóruns municipais de educação. O Fórum deve ser um órgão permanente, representativo e diverso, garantindo, em sua composição, a participação de todas e todos os(as) interessados(as), como representantes do Poder Público, de sindicatos, movimentos sociais e redes da sociedade civil, familiares, estudantes e juventude, universidades, Conselhos de Educação, comunidade escolar e de áreas diversas (assistência social, saúde, cultura e meio ambiente).

Naqueles municípios onde ainda não foram constituídos fóruns de educação, o ideal é que seja articulada uma Comissão Organizadora da Conferência Municipal, composta por representantes dos e das gestores(as), de profissionais

da educação, de estudantes, de pais, da Secretaria, do Conselho, de movimentos sociais etc. Essa articulação pode ser feita com a ajuda do Fórum Estadual de Educação e pode servir de base para a criação futura do Fórum Municipal de Educação.

2. O que é necessário para organizar as Conferências?

O Fórum Nacional de Educação (FNE) disponibiliza documentos que servem de base para orientar a realização das etapas municipais, estaduais e distritais: é o **Documento-Referência**, o Regimento Interno e o documento de orientações. Os fóruns municipais podem usar o regimento interno da Conferência Nacional como modelo para criar o regimento de sua etapa municipal.

Para melhor organizar os trabalhos, distribuir as tarefas e definir responsabilidades, o FME pode criar comissões: de sistematização, monitoramento e avaliação, e de articulação, mobilização e infraestrutura, por exemplo. A primeira tem como atribuições buscar e aferir dados, analisar como as metas do Plano Municipal de Educação estão sendo implementadas, e pensar em ferramentas de monitoramento, enquanto a segunda pode se debruçar sobre as questões organizacionais (decidir datas, pensar na divulgação, organizar o espaço e a recepção dos e das participantes, garantir o coffee break, imprimir os materiais etc).

Os fóruns podem articular o financiamento para a realização de sua etapa municipal com as secretarias municipais de educação.

A importância dos dados para o monitoramento

Ainda que o Documento Referência seja a base para as discussões realizadas nas etapas municipais, estaduais e distritais da Conae, é importante também que cada município e estado realize o monitoramento e a avaliação do cumprimento das metas do seu plano. É o que defende Sumika Freitas, representante do Fórum de Educação Infantil no Fórum Municipal de Educação de Vitória (ES):

“O município e o estado tem que incluir o que tem feito em cada meta. Não podemos perder isso de vista. Essa avaliação é importante porque é política de estado. É orientação para o município, para o andamento de suas políticas. O Documento Referência tem princípios basilares para a Educação de qualidade



que lutamos, a garantia do direito à Educação. Tem a nossa concepção de financiamento, do Custo-Aluno Qualidade (CAQ); a concepção de formação de professores; o que pensamos de avaliação de sistemas; o que pautamos em relação à Base Nacional Curricular Comum. Todos amarrados com a Constituição Federal, com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e com a Lei do PNE. Mas cada espaço precisa entender o seu lugar e acompanhar as suas ações locais. Os municípios estão buscando os seus dados de monitoramento?”.

3. Qual é o seu público-alvo?

Todos e todas que estiverem interessados em participar dos debates sobre a educação do município, estado e do país. Estudantes, crianças e adolescentes, gestores e gestoras de educação, pais e familiares, comunidade escolar, professores(as), trabalhadores(as) da educação, integrantes de Conselho Escolar, Conselho de Educação, Conselho de Alimentação e transporte, movimentos sociais, sindicatos etc.

“Nós temos o desafio de renovar as pessoas que participam desse processo, trazer mais gente, para que não tenhamos somente um espaço dos e das militantes, que já estão há muitos anos nesse cenário. Temos que garantir a renovação geracional, trazer outras pessoas para essa roda, que tenham outros olhares e outras opiniões. A participação popular é o nosso desafio”, diz Denise Carreira, professora da Faculdade de Educação da USP.

Garantindo a participação de crianças e adolescentes

Uma experiência do o Fórum Municipal de Educação (FME-SP) em 2018 foi a organização de uma sala específica para realizar debates e discussões durante as conferências regionais e a etapa municipal da Conae A coordenadora do FME-SP na época, Kézia Alves, conta sobre a importância desse movimento:

“Como que uma conferência de educação, que parte do princípio de que Educação é para o estudante, não prevê uma participação efetiva deles? Ou mesmo dos conselhos de escola? Afinal, são os grêmios e o próprio conselho a instância de participação, de decisão que a criança tem dentro da escola, certo? Nós, do segmento da família do Conselho Regional de Representantes dos Conselhos de Escola (Crece), percebemos a incoerência que é preparar uma Conae sem prever a participação efetiva das crianças. Diante disso, conseguimos levar essa discussão para dentro do FME, sensibilizando as entidades e



conseguindo fazer com que tivéssemos garantido o espaço de participação das crianças e adolescentes. Nem todas as regionais aderiram, e algumas crianças participaram, outras não. Por conta da nossa cultura também, nós temos o problema de incentivo e da participação”.

Saiba mais sobre essa experiência:

<https://www.youtube.com/watch?v=r3rocE-rtBI>

4. Como fazer a divulgação?

Quanto mais divulgação, melhor. Por isso, para potencializar essas ações, vale dividir as tarefas, para que cada pessoa da comissão responsável pela organização possa focar em diferentes meios e lugares para impulsionar a divulgação. A Secretaria Municipal de Educação pode ficar responsável por divulgar nas creches, escolas e outros equipamentos públicos, além de fazer chamamentos pelo site da prefeitura. Integrantes dos movimentos e universidades podem fazer o esforço de divulgar a conferência em seus grupos de email, redes sociais e locais de trabalho. Também vale fazer espalhar cartazes pela cidade, e utilizar as redes locais de televisão e rádio, pensando sempre em como atingir diferentes públicos, como explica Cristiane Parisoto, do Fórum Municipal de Educação de Ipê (RS):

“Eu quase nunca escuto a emissora de rádio por aqui, então pra mim não era um veículo que eu pensava em fazer divulgação. Mas, recentemente, os agricultores foram chamados para as mobilizações por conta da reforma da previdência dessa forma, e eles responderam. Tem muito aluno do interior também, que talvez os pais não acessem a internet. Então o rádio pode ser um veículo que podemos usar para buscar essas pessoas”.

5. No dia da Conferência, como deve ser organizada a sua dinâmica?

No geral, as conferências seguem uma mesma programação, como indicado no Regimento Interno da Conae: deve haver uma solenidade de abertura, apresentações culturais, um painel temático, plenária de aprovação do regimento interno, plenárias dos eixos do Documento Referência e plenária final.

O painel temático pode contar com um(a) palestrante convidado(a), que possa dar um panorama do cenário educacional nacional e/ou local e que traga subsídios e força para o início do processo de discussão da Conferência. Nas plenárias dos eixos, os(as) participantes escolhem qual eixo do Documento Referência mais os(as) interessa, e são nessas plenárias que eles vão realizar a discussão e votação dos destaques e encaminhamentos das deliberações para a plenária final. A coordenação das plenárias devem ser exercidas por membros do FME ou da Comissão Organizadora.

Também é possível realizar conferências livres ou pré-conferências. Uma experiência do Grande ABC (SP), por exemplo, foi a realização de uma Conferência Regional de Educação para a elaboração do Plano Regional de Educação do Grande ABC. As cidades da região realizaram reunião aberta dos FMEs, para retirar os(as) delegados(as) que foram representar os municípios na Regional.

É preciso também planejar a organização dos espaços e tempos da Conferência de Educação (credenciamento, intervalos, plenárias etc) e a oferta de lanches, transporte, almoço etc. Tudo isso com a perspectiva de garantir que mais gente participe da Conferência.

6. Quais os resultados esperados?

As contribuições e propostas aprovadas nas plenárias de eixo devem ser sistematizadas, aprovadas pela plenária final e encaminhadas ao Fórum Estadual de Educação, para que sirvam de subsídio nas discussões das conferências estaduais.

A sistematização das emendas no Documento Referência deve ser feita através de um sistema de monitoria e sistematização, disponibilizado pelo FNE.

Além dessas emendas, das conferências municipais também resulta a escolha dos(as) delegados(as), que são as pessoas que vão representar os diferentes segmentos (estudantes, professores(as), pais e mães, e gestores(as), conselheiros(as) de educação da Educação Básica, Educação Profissional e Educação Superior) e setores (movimentos sociais de afirmação da diversidade, instituições de pesquisa, sindicatos, entidades patronais, entidades parlamentares, órgãos de fiscalização e controle etc) na etapa seguinte, que

pode ser uma conferência estadual ou regional.

Para Cristiane Parisoto, do FME-Ipê, é importante que essas pessoas escolhidas estejam preparadas e tenham conhecimento tanto do Documento Referência quanto das questões que afetam o município. “As pessoas que vão para as conferências como delegadas têm que estar preparadas. Precisa ser alguém que esteja por dentro, que compreenda e que consiga defender as reivindicações e propostas do município. Se não, vai só legitimar uma coisa que, na verdade, não é participação”, defende.

“O documento final é muito importante, porque orienta não só o MEC, mas também o Congresso, o sistema de justiça etc. É um documento que é entregue aos três poderes, e cujo grande guardião é o FNE. Mas o legal da Conae também é o processo, porque nele se constroem alianças, se conhece pessoas, se faz pontes. Os planos só serão implementados se a gente tiver mais gente comprometida com eles”, defende Denise Carreira.

Ainda tenho dúvidas específicas com relação ao meu município. O que posso fazer?

Conversar e trocar experiências. Essa é a melhor forma de conseguir respostas, descobrir novas ideias e adaptar processos para a realização da conferência de educação em cada município. E não é preciso ir muito longe para fazer isso: o diálogo entre as cidades, seja por meio da Secretaria, do Conselho ou dos Fóruns (municipais, intermunicipais e estadual), sobretudo de localidades vizinhas, pode contribuir bastante nesse processo. Principalmente porque conhecem a região e podem muitas vezes ter as mesmas características e dúvidas.

Um bom exemplo é o Grande ABC, na região metropolitana de São Paulo, que inclui as cidades de Santo André, São Caetano, São Bernardo do Campo, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. “Em nossa região do Grande ABC, o Fórum Regional de Educação foi muito importante. Porque todas as entidades se reuniam no Fórum Regional, então as dúvidas eram tiradas de lá. Por exemplo, uma professora que trabalha comigo em Santo André levou algumas das experiências na construção e nos encontros de preparação da Conae de Santo André para Ribeirão Pires, cidade vizinha de onde ela é”, disse Roberta Henriques Ragi Cordeiro, professora de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e membro do Fórum Municipal de Educação de Santo André (SP).



Vale procurar entidades dos movimentos em defesa da Educação, como Fóruns de Educação Infantil, Fóruns de EJA, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (Uncme) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime). Também é possível falar com o Fórum Nacional de Educação (FNE).

Elaboração do texto: Stephanie Kim Abe

Edição: Claudia Bandeira